

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA: percepção dos editores e produção dos doutores (2005-2014).

Autores: Fabiane Helene Valmore

Nelson Rosário de Souza

RESUMO: A institucionalização da Ciência Política no Brasil ainda gera debates. Para alguns é positivo o papel preponderante da abordagem institucionalista neste evento. Outros entendem que esta hegemonia cria desigualdade na área e prejudica a reflexão sobre a democracia. Nosso objetivo é contribuir com este debate analisando, quantitativamente e qualitativamente, a produção dos doutores em Ciência Política, principalmente sobre 'democracia e desigualdade', em sete importantes periódicos científicos. A percepção dos editores dos periódicos sobre esse processo completa o corpus. Concluímos que a hegemonia institucionalista se confirma na produção dos doutores em Ciência Política. Entretanto, a área está marcada por tensões, mais do que por um conflito insolúvel. Propostas existem para construção de um caminho conciliador.

Palavras-chave: Ciência Política, Editores de Periódicos Científicos, Artigos.

ABSTRACT: The institutionalization of political science in Brazil still generates debates. For some the predominant role of institutionalist approach in this event is positive. Others believe that this hegemony creates inequality in the area and undermines the reflection on democracy. Our goal is to contribute to this debate by analyzing, quantitatively and qualitatively, the production of doctors in political science, mainly about 'democracy and inequality' in seven major scientific journals. The perception of the journal editors about this process completes the corpus. We conclude that the institutionalist hegemony is confirmed in the production of doctors. However, the area is marked by tensions, rather than by an irreconcilable conflict. There are proposals in order to build a conciliatory way.

Keywords: Political Science, Editors of scientific journals, Articles.

INTRODUÇÃO

Ainda está por se fazer uma história sistemática da Ciência Política brasileira que apreenda o processo da sua institucionalização (Lessa, 2011). Talvez, porque este fenômeno é recente (Marenco, 2014) e não atingiu o seu ponto máximo de maturação. Exercícios de reflexão têm se intensificado na busca de mapear temas, teorias e métodos; assim como, avaliar a produção da disciplina, paralelamente ao processo de autonomização da área .

O conjunto de evidências trazidas pelos diferentes estudos aponta para o dilema vivido pela Ciência Política brasileira na construção da sua identidade: de um lado a experiência recente de progresso na: delimitação das suas fronteiras, especialização dos seus profissionais e na constituição de objeto e método específicos; isto tudo sob a hegemonia da abordagem institucionalista . De outro lado, o risco de excessivo fechamento teórico e da desigualdade proporcionada pela rígida hierarquia institucional. Para alguns a hegemonia do institucionalismo deve ser saudada, pois, tem sido fundamental para institucionalização da Ciência Política no Brasil, sem prejuízo para o pluralismo. Para outros é necessário fazer a crítica deste processo de excessiva valorização 'politológica' que não só transforma uma escolha teórico-metodológica em critério de cientificidade, como coloca à sombra aspectos 'sociais' fundamentais para compreensão da política e, em especial, da democracia brasileira.

Nosso objetivo é contribuir com o debate analisando duas séries de dados com recorte original. Primeiro olhamos a produção publicada exclusivamente por doutores em Ciência Política em sete periódicos nacionais. Eleger este objeto propicia um refinamento do olhar, pois, ilumina parcela mais específica e especializada dos agentes que atuam na disciplina. Este corpus compreende duas partes, uma quantitativa e outra qualitativa, nesta, o objetivo é olhar com atenção os artigos que tratam especificamente da relação entre democracia e desigualdade. Existem diferenças significativas na produção científica dos doutores em Ciência Política em relação aos demais agentes da área? A hegemonia do institucionalismo também pode ser constatada na produção deste grupo? As análises sobre democracia e desigualdade operam fora da chave hegemônica do institucionalismo? As abordagens sobre democracia revelam quais disputas? Existem propostas de superação das tensões? Essas são questões que orientam nossa análise.

A outra série de dados diz respeito à percepção dos editores dos periódicos que elegemos como fonte . Os editores ocupam posição estratégica na área, pois, estão expostos às pressões do processo de institucionalização da Ciência Política e, ao mesmo tempo, discutem os critérios que orientam o perfil de cada periódico participando, assim, das tensões e conciliações do campo acadêmico. Qual a percepção dos editores sobre processo de institucionalização da Ciência Política? Do ponto de vista destes agentes, os periódicos cumprem qual papel na autonomização da área?

Dividimos o artigo em três partes mais as considerações finais. Na primeira parte iremos apresentar o cenário do debate sobre o processo de institucionalização. Daremos maior peso aos trabalhos próximos ao nosso recorte. A análise quantitativa dos artigos publicados pelos doutores em Ciência Política está na segunda parte, procuramos comparar estes dados com a produção geral da área. Nesta sessão também lançamos um olhar qualitativo sobre a parte dos artigos que se propõem a tratar o tema da democracia vinculado ao da desigualdade, pois, este assunto é o ponto nevrálgico do debate em tela. A terceira parte ficou reservada para apresentação e análise da percepção dos editores dos periódicos sobre o atual momento do processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil.

## 1. Trajetória de institucionalização da Ciência Política: hegemonia, pluralidade ou desigualdade.

A expansão do sistema acadêmico dos anos 1960-70 foi condição institucional para o início da profissionalização da Ciência Política, que contou também com a herança do pensamento político brasileiro (Lamounier, 1982). Outros elementos importantes neste processo de institucionalização são: a implantação de um sistema de pós-graduação, com delimitação de linhas temáticas claras; a formação de uma comunidade de profissionais especializados, reunidos em associações e agências capazes de estabelecer os parâmetros do fazer científico e a hierarquia da área a partir do mérito e da avaliação da produção por pares (Marenco, 2014). O desenvolvimento de teoria e metodologia autônomas, assim como a criação de periódicos para divulgação do conhecimento são outros elementos centrais do processo em tela (Leite & Codato, 2013).

A institucionalização de uma disciplina científica não é um mero procedimento técnico. Trata-se de um percurso onde os parâmetros de comportamento são estabelecidos, princípios de cientificidade são elaborados, além de critérios de avaliação e financiamento. Esses procedimentos geram disputas e eventualmente consensos ou hegemonia na área. A construção das regras do jogo estabelece os limites espaciais e lógicos da disciplina, demarcando: o centro e a periferia, o dentro e o fora, o superior e o inferior, no que diz respeito às suas instituições, produções e agentes.

O cenário inicial da institucionalização da Ciência Política no país é marcado pela imersão de importantes pensadores da área na academia norte-americana e pelos investimentos em pesquisas e realizados pela Fundação Ford no Brasil. Essas experiências contribuíram para que o caminho da institucionalização valorizasse a pesquisa empírica com o uso de métodos quantitativos avançados (Oliveira & Nicolau, 2013) seguindo o modelo que já se desenvolvia nos Estados Unidos (Reis, 2015). Neste percurso a disciplina foi colocando em segundo plano a abordagem ensaística e relativamente engajada (Marenco, 2014). A afirmação institucional passou pela formatação de uma linguagem comum erguida sobre referenciais seguros e análises rigorosas de objetos claramente identificados (Leite, 2015).

Os diagnósticos oferecidos por Fábio Wanderley Reis (1991, 1993, 1997); Neuma Aguiar (2001) e Gláucio Soares (2005) sobre ensino, teoria e método nas Ciências Sociais e, em particular, na Ciência Política, denunciaram o baixo investimento em métodos quantitativos e em estatística sofisticada. Situação que indicava dificuldades para circunscrever metodologicamente a disciplina.

É importante lembrar que a Ciência Política vivenciou seu percurso inicial de institucionalização no período de transição da ditadura militar para o regime democrático. Envolvidos neste contexto, alguns cientistas políticos elegeram a transição como objeto e ao fazê-lo, valorizaram as instituições no estudo da política brasileira o que gerou controvérsias. A postura que enfatizava a necessidade de pré-requisitos sociais para a instalação da democracia foi suplantada por aquela que valorizava o papel das instituições neste processo. Neste momento surge o institucionalismo no Brasil inaugurando uma nova agenda de pesquisa (Limongi et al., 2015). A preocupação mais saliente desta abordagem era com a democratização enquanto um processo exclusivamente de incremento das instituições antes bloqueadas pelo regime totalitário. Tal escolha implicou em dificuldades para explicar a permanência de comportamentos autoritários num contexto institucional já democrático. A desvalorização precoce da abordagem societal e culturalista limitou as possibilidades de

apreensão da complexidade sociopolítica (Mussi, 2014), (Moisés, 1995), (Leite, 2015). As limitações do institucionalismo, ao menos em parte, advinham do conformismo com uma definição limitada de democracia, adequada à matriz schumpeteriana (Vitullo, 2006).

Não só de posicionamentos dicotômicos é feito este debate. Existem autores que acreditam na possibilidade e na necessidade da conciliação dos olhares. Os achados do institucionalismo devem se somar aos ganhos da abordagem societal (Perissinotto, 2004). O temor da vertente institucionalista quanto ao 'reducionismo sociológico' pode ser afastado a partir dos ensinamentos de Sartori (1969), pois, não se trata de propor um retorno à Sociologia da política, mas, de promover a confluência de perspectivas. A governabilidade não se explica apenas pelo funcionamento das regras institucionais operadas por típicos atores políticos. Por outro lado, a Sociologia Política não deve desprezar o papel das instituições e atores políticos, mas, agregar à explicação sobre os processos decisórios, as práticas sociais e culturais que os envolvem (Perissinotto, 2004). Pensar a confluência de olhares, além de oferecer alternativas teóricas e metodológicas de compreensão da realidade, parece apontar um caminho de conciliação no processo de institucionalização da Ciência Política.

Outro exemplo de mediação entre falsos dualismos está na proposição de uma 'democracia pragmática' formulada por Thamy Pogrebinschi (2010). No seu entendimento trata-se de superar as inconsistentes dicotomias entre: Estado e sociedade, representação e participação, empírico e normativo. Olhar a democracia pelo viés social não compromete a relativa autonomia do político. Novas formas de participação podem contribuir para legitimação da representação política ampliada. O próprio fato de a experiência participativa se institucionalizar indica a presença do político no social e não uma contraposição dos termos envolvidos na equação. Neste sentido, a 'democracia pragmática' propõe a conciliação entre a teoria normativa das abordagens societais e a empiria da perspectiva institucionalista. Nas palavras da autora:

O que chamo de democracia pragmática oferece-se (...) como um conceito normativo e uma abordagem analítica. Enquanto conceito normativo (...) busca explorar possibilidades de fortalecimento da democracia por meio de uma compreensão ampliada da representação política que (...) a torne mais permeável às práticas participativas e deliberativas. Enquanto abordagem analítica, a democracia pragmática encontra no pragmatismo fonte de interpretações mais realistas e menos idealizadas sobre o modus operandi da democracia contemporânea e de suas instituições. (Pogrebinschi, 2010, p. 662).

Existem, portanto, propostas de superação dos conflitos teórico-metodológicos pela conciliação das perspectivas, o que impacta no processo de institucionalização da Ciência Política. Estas posturas são manifestações isoladas ou encontram eco nos artigos e depoimentos que compõem a nossa amostra?

Em resumo, a institucionalização da disciplina desenha um percurso tenso. Para alguns a adoção do viés institucionalista contribuiu com a demarcação das fronteiras da disciplina sem ferir o pluralismo teórico e metodológico (Marenco, 2014). Para outros a hegemonia da corrente institucionalista no campo oferece o risco de um bloqueio do diálogo interdisciplinar e do abandono precoce da abordagem societal; fenômeno que jogaria sombra sobre objetos relevantes como a democracia enquanto fenômeno social e não só institucional (Leite, 2015).

Visando a compreensão deste tenso roteiro de institucionalização, alguns estudos elegeram como objeto a produção científica publicada em periódicos qualificados da área, pois, este material passar por importantes filtros institucionais e oferece um retrato convincente da

disciplina e da sua trajetória de autonomização. Os artigos são importantes fontes para análise da configuração de forças dentro das fronteiras da disciplina e do seu estágio de institucionalização.

Os depoimentos dos editores revelam clara percepção do papel estratégico dos periódicos, como na fala de um dos membros da 'Dados':

A revista científica tem uma função canônica. A revista científica, através da seleção e certificação dos artigos vai dizer o que é certo e o que é errado na ciência. (...) quer dizer (...) os cientistas dizem através do comitê editorial da revista, não é a revista em si, mas as pessoas que julgam os trabalhos da revista. Então, a revista científica acompanha o desenvolvimento de uma comunidade e interage com ela. (...) A revista reflete a produção acadêmica, ela não inventa, ela recebe e filtra (Pessanha, C.).

A comunidade legitima os periódicos enquanto veículos de divulgação de conteúdos, promoção do debate, mas, também como instrumentos de avaliação entre pares. Critério que, inclusive, incide sobre o financiamento dos programas de pós-graduação e, no limite, na definição dos porquês daquilo que se pesquisa.

Perspectiva semelhante transparece nas palavras de um dos editores da RSP:

(...) acho que as revistas sofrem um impacto do campo, o nosso caso é muito evidente nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, elas conseguem alimentar [o campo]. (...) Se todas as revistas só publicassem o institucionalismo da escolha racional, isso forçaria, enfim, as pessoas a serem só institucionalistas de escolha racional, ou, a não publicar (Perissinotto, R.).

A produção em periódicos pode ser, portanto, um bom indicativo sobre a forma como a disciplina se estrutura e também a respeito da própria construção do campo (Leite, 2015). Por um lado os artigos publicados preencheram os requisitos definidos nas disputas internas da área, por outro, eles também constituem critério de avaliação dos profissionais e dos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados.

O campo da Ciência Política, segundo o autor, não contempla uma pluralidade, e sim uma hierarquia, cuja hegemonia é da tradição politológica que prima pelo viés institucional, empirista e de métodos quantitativos sofisticados; isto em oposição à tradição societal de corte humanístico, histórico-interpretativo e que prioriza métodos qualitativos (Leite, 2015). O risco deste cenário seria a consolidação de um oficialismo que desvalorizaria a análise de objetos de pouca visibilidade, por exemplo, aqueles marcados pela norma e não por regras claramente institucionalizadas. O próprio tema da democracia, confirmada esta tendência, sofreria uma restrição analítica. Os aspectos informais e normativos que envolvem a democracia, elementos sócio-cognitivos, apesar de importantes, seriam rebaixados na hierarquia do campo, pois, são de difícil apreensão pelos métodos científicos consagrados. Para Leite o principal problema é confundir o que é uma opção resultante das disputas pela construção do campo e de sua autonomia, com a cientificidade propriamente dita (Leite, 2015).

Também preocupada em contribuir com a caracterização do campo, mas, neste caso, o das Ciências Sociais, Danusa Marques (2007) observou os artigos sobre democracia. A ênfase de grande parte dos artigos analisados recaiu sobre as instituições e procedimentos da democracia liberal-pluralista. O tom adotado pelos autores foi de legitimação desta forma de governo. Na periferia do debate alguns trabalhos fizeram a crítica deste modelo de análise

procurando alternativas conceituais e metodológicas. Neste caso o olhar priorizou a sociedade elegendo-a como variável explicativa e interveniente da realidade política (Vitullo, 2006).

Num trabalho complementar, Danusa Marques e Carlos Machado (2014) redefiniram o objeto que passou a ser a abordagem das Ciências Sociais sobre o conceito de desigualdade e sua interface com o tema da democracia. Os autores partiram do pressuposto de que a disputa discursiva que marca a sociedade também envolve a academia. Os autores constataram que existe um número significativo de artigos cujo tema é a desigualdade e/ou a democracia. Entretanto, o olhar mais refinado informou que a desigualdade é mais mencionada do que discutida em profundidade. Quanto aos artigos que mencionam os dois termos, desigualdade e democracia, em sua grande maioria não tratam com rigor a articulação entre eles. O crescimento recente da incidência do tema desigualdade nos artigos também deve ser relativizado, pois, a discussão do assunto não cresceu no mesmo ritmo, significa que em grande parte os textos apenas abordam superficialmente o tema. Segundo os autores, mesmo quando os artigos contam com a participação de cientistas políticos a frequência da efetiva discussão da desigualdade continua baixa. Quando a discussão envolve os efeitos sociais da desigualdade, os cientistas políticos priorizam em seus artigos as formas tradicionais, ou seja, as formas materiais. Enfim, concluem que o debate entre os pares parece ser escasso e frágil.

Os estudos mencionados indicam a importância da análise da produção em periódicos para se compreender o processo de institucionalização da Ciência Política. Nosso objetivo é contribuir com este debate propondo um olhar alternativo, para isto dois recursos foram mobilizados: por um lado ampliamos o número de revistas e o recorte temporal em relação aos estudos de Danusa Marques e Carlos Machado. Por outro, procuramos refinar o olhar qualitativo ao selecionarmos para análise interna os artigos que discutem democracia e desigualdade, mas, aqueles publicados exclusivamente por doutores em Ciência Política. Ou seja, ao olharmos os artigos dos doutores em Ciência Política e sobre o tema democracia, que é chave na trajetória de autonomia da disciplina, poderemos contribuir com a cartografia desta produção analisando o seu significado no contexto da institucionalização em tela. Interessa olhar o que foi publicado pelos doutores em contraste com o conjunto da produção. Quais tendências, verificadas noutros estudos podem ou não ser confirmadas na análise do recorte aqui proposto? A partir deste mapeamento é possível identificar mudanças significativas na hierarquia da produção acadêmica em Ciência Política? A análise dos artigos que tratam dos vínculos existentes entre democracia e desigualdade permite identificar relações entre as concepções de democracia - substancial e formal - e as posições na hierarquia da produção em Ciência Política - hegemônica ou periférica?

## 2. A produção dos doutores em Ciência Política sobre 'democracia e desigualdade'.

### 2.1. Análise quantitativa da produção.

A proposta deste item é observar a produção acadêmica na área de Ciência Política com o objetivo de complementar as análises anteriores. Para este propósito realizamos um recorte específico: artigos publicados por doutores em Ciência Política, entre 2005 e 2014, em sete periódicos bem classificados pelo sistema de avaliação 'Qualis'.

Começamos por observar a proporção de artigos de doutores em Ciência Política no conjunto da produção publicada nos periódicos nacionais selecionados. A tabela 1 apresenta a distribuição dos 1505 artigos publicados pelos sete veículos entre 2005 e 2014. De início cabe destacar que a produção publicada por doutores em Ciência Política atinge pouco mais de um terço da produção selecionada. Se considerarmos que as sete revistas analisadas publicam

também trabalhos de sociólogos e de antropólogos, a Ciência Política está bem representada. A RSP se destaca com um número total de artigos relativamente maior, enquanto a RBCP e, particularmente, a BPSR apresentam números menores, mas, é preciso considerar que nosso recorte temporal é anterior às suas fundações. A comparação da produção entre os periódicos em números absolutos também fica prejudicada por fatores como a periodicidade, portanto, a tabela 1 é mais útil para comparar proporcionalmente o peso da Ciência Política em cada periódico, ainda que tenhamos selecionado somente os artigos de doutores na área.

Tabela 1: Total da produção dos doutores em CP por periódicos (2005-2014).

Periódicos	Qualis	Ano de Criação	Admissão no Scielo	Total de artigos publicados por Doutores em CP (%)		
Dados	A1	1966	Abr. 1997	267	108	40,4
Lua Nova	A2	1984	Jul. 2002	220	65	29,5
RBCS	A1	1986	Out. 1988	265	53	20,0
RSP	A2	1993	Fev. 2002	342	116	33,9
Op. Pública	A1	1993	Mar. 2003	178	100	56,1
BPSR	A2	2007	Ago. 2013	87	45	51,7
RBCP	B1	2009	Jul. 2012	146	51	34,9
Total	1505	538	35,7			

Fonte: Os autores.

Do total de 1505 artigos, 538 (35,7%) foram publicados por doutores em Ciência Política. É interessante observar que nenhum veículo atinge 60% desta publicação, ou seja, os textos dos doutores não estão excessivamente concentrados. Entretanto a 'Opinião Pública' e a 'BPSR' se destacam proporcionalmente com índices acima de 50% de artigos de doutores em Ciência Política, a 'Dados' vem logo a seguir com 40%. Os temas que predominam o atual mainstream da Ciência Política brasileira são publicados majoritariamente na 'BPSR' e na 'Dados' (Leite, 2015), conforme o quadro 1 abaixo. Levando em consideração os dados da Tabela 1, podemos concluir que 'BPSR' e a 'Dados' são hegemônicas também na publicação de artigos dos doutores na disciplina. Quanto ao baixo desempenho da 'RBCS' neste quesito, pode ser explicado por ser um periódico que acolhe várias temáticas de diferentes disciplinas.

Quadro 1

PERIÓDICOS	ABORDAGENS	CLASSES DE ABORDAGENS	ÁREAS TEMÁTICAS
Brazilian Political Science Review		Neoinstitucionalismo	Politológicas
Desempenho das instituições políticas			
Dados	Neoinstitucionalismo	Politológicas	Desempenho das instituições políticas

Lua Nova	Hermenêutica; Teoria Política moderna	Idealistas; político-teóricas	Teoria política, análise de conceitos e história das ideias
Opinião Pública	Culturalismo; comportamentalismo	Subjetivistas; culturalista	Valores, atitudes, participação e política
Revista Brasileira de Ciências Sociais	Heterogênea	Históricas	Estado, sociedade e políticas de governo
Revista de Sociologia e Política	Heterogênea; elites	Sociológicas/econ.; históricas	Estado, sociedade e políticas de governo

Fonte: (Leite, 2010).

Nossa análise priorizou os textos publicados por autores ou coautores que se doutoraram no Brasil, incluindo estrangeiros. Cumpriram estes critérios 400 (74,3%) do total de 538 artigos, conforme disposto na tabela 2. Deste total de 400 artigos, 374 (93,5%) foram publicados por autores ou coautores que se doutoraram num dos cinco programas de pós-graduação públicos em Ciência Política ofertados no Brasil, localizados nas regiões Sudeste e Sul, são eles: USP, UNICAMP, IUPERJ/IESP, UFMG e UFRGS . Significa que a expansão recente do sistema de pós-graduação em Ciência Política não refletiu significativamente na produção, certamente por ser um fenômeno novo. Enfim, esta concentração se explica pelo fato de que até 1980 somente a USP oferecia doutorado em Ciência Política no Brasil e no final do século XX existiam apenas três cursos de doutorado na disciplina. Merece registro a presença de artigos publicados por doutores diplomados no exterior (25,6%), o que pode indicar uma tendência, ainda que tímida, de internacionalização da área. Como tentativa de incrementar a internacionalização a 'BPSR' optou por publicar exclusivamente em inglês e segundo uma das editoras, Janina Onuki: "só assim, a gente consegue ter interlocução com pesquisadores do exterior". Postura que não encontra concordância do editor da 'Dados':

Há um erro grande na Ciência Política brasileira hoje (...) que é pensar que a internacionalização passa por publicar em outros idiomas, passa por publicar em inglês, isso não é fato, não é certo. A internacionalização significa pensar, com quem queremos dialogar, em que lugar, de que maneira (Bringel, B.).

A forma de contribuição dos periódicos para internacionalização da Ciência Política brasileira, não é consensual. Aliás, vários dos editores entrevistados ressentem-se do baixo diálogo entre os pares, inclusive, entre os brasileiros.

Tabela 2. Produção dos doutores em Ciência Política por IES (2005-2014).

#### Periódicos

##### Total de Artigos publicados

Diplomados no Brasil	Diplomados em IES estrangeira
----------------------	-------------------------------

USP, UNICAMP	IUPERJ-IESP, UFMG	UFRGS	UFSCar, UFPE
--------------	-------------------	-------	--------------



UnB, UFSC

PUC-SP

DADOS	108	84	1	23	
Lua Nova		65	38	1	26
RBCS	53	40	4	9	
RSP	116	81	9	26	
Op. Pública		100	65	3	32
BPSR	45	35	4	6	
RBCP	51	31	4	16	
Total	538	374 (69,5%)	26 (4,8%)	138 (25,6%)	
		400 (74,3%)			

Fonte: Os Autores.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos artigos por programas de pós-graduação cursados pelos autores e coautores. Ela também detalha o cruzamento deste dado com os periódicos de publicação. Existe equilíbrio entre os novos programas (Unicamp e UFMG). É ratificada a concentração na USP e no IUPERJ/IESP que respondem por 278 artigos (74,3%). A 'RSP' se destaca na publicação de artigos de doutores vindos da USP e a 'Dados' é hegemônica na divulgação daqueles oriundos do IUPERJ/IESP.

Tabela 3: Produção nos periódicos por IES de doutoramento dos (co)autores (2005 -2014).

Periódico	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política cursado pelos (co)autores						
	USP	IUPERJ/IESP	UFRGS	UNICAMP	UFMG	Total	
Dados	26	42	7	4	5	84	
Lua Nova		24	8	4	1	1	38
RBCS	16	13	4	5	2	40	
RSP	39	20	11	8	3	81	
Op. Pública		27	21	9	3	5	65
BPSR	12	15	6	2	0	35	
RBCP	7	8	8	4	4	31	
Total	151	127	49	27	20	374	

Fonte: Os autores.

A segmentação da amostra por palavras 'tema' que aparecem nos títulos, apresentada na Tabela 4, confirma a preferência dos doutores em Ciência Política pela análise das 'instituições políticas'. Como já vimos este é o assunto que se destaca no campo. É interessante observar que dos 374 artigos que constituem a nossa amostra, 155 (41%) possuem no título algum tipo

de instituição política. Definitivamente os doutores seguem a hierarquia que marca o processo de institucionalização da disciplina. A superioridade deste tema em relação ao segundo que mais aparece, no caso 'Democracia', é maior que o triplo, ou seja, 41% de frequência contra 12%.

Tabela 4: Presença das temáticas nos títulos dos artigos (2005-2014)

Termos presentes nos títulos dos Artigos	Frequência	Porcentagem
Democracia ou correlatos	46	12,3
Instituições Políticas	155	41,4
Outras Temáticas	173	46,3
Total	374	100

Fonte: Os autores.

A tabela 5 cruza as temáticas dos artigos publicados por doutores em Ciência Política pelos periódicos. Neste caso os dados revelam uma enfática hegemonia do tema 'instituições políticas' em relação ao assunto 'democracia', principalmente, na 'Dados' e na 'BPSR'. Na 'Dados' a vantagem do assunto 'instituições políticas' frente a 'democracia' é de quase cinco vezes, ou seja, 45,2% de incidência contra 9,5%; enquanto que na 'BPSR' é de mais de sete vezes numa relação de 40,0% para instituições contra 5,7% para democracia. Ou seja, a vocação desses veículos se confirma também no caso específico da publicação dos doutores. Mas, chega a ser surpreendente que na 'Opinião Pública', cujo predomínio no âmbito geral é da abordagem culturalista subjetivista (quadro 1), no caso da publicação dos artigos dos doutores em Ciência Política, repita-se a elevada vantagem do tema instituições que obtém 66,1% de incidência contra 12,3% de democracia, diferença de mais de cinco vezes. No gráfico 1 estas informações podem ser visualizadas, mas, deve-se considerar que ele contabiliza os 374 artigos, nele a 'Opinião Pública' está mais próxima do tema 'instituições políticas' do que a 'BPSR', também devido ao número total de artigos de cada periódico. A 'RSP' classificada como heterogênea ao publicar cientistas políticos em geral, também no que se refere aos doutores, divulgou mais artigos com temáticas institucionalistas, com uma diferença significativa em relação à democracia, neste caso as cifras são de 35,8% contra 8,6%. Entretanto o seu caráter heterogêneo se confirma quanto ao grande número de artigos sobre 'outros temas', o que pode ser visualizado tanto no gráfico 1, quanto na tabela 5. A 'Lua Nova' é a única revista onde a publicação de artigos com o tema democracia foi maior do que instituições, ainda que, com um pequena diferença: em números absolutos 8 contra 7. Ela aparece no gráfico 1 próxima do tema democracia, junto com a 'RBCS'. A 'RBCP' de caráter pluralista e a 'RBCS', de perfil heterogêneo, também publicaram mais artigos de doutores com o tema 'instituições' do que com o assunto 'democracia', ainda que em proporções menores, o que confirma a hegemonia institucionalista na área também para este segmento.

Tabela 5: Presença das temáticas nos títulos dos artigos por periódico.

Palavra presente nos títulos dos Artigos Periódico

DADOS	LUA NOVA	RBCS	RSP	Opinião Pública	BPSR	RBCP	Total
-------	----------	------	-----	-----------------	------	------	-------

Democracia ou termos correlatos	8	8	8	7	8	2	5
46							
Instituições Políticas	38	7	12	29	43	14	12
Outras Temáticas	38	23	20	45	14	19	14
Total	84	38	40	81	65	35	31
							374

Fonte: Os autores.

O olhar sobre o tema dos artigos cruzado com a procedência institucional dos (co)autores (Tabela 6) indica que as maiores vantagens de 'instituições' sobre 'democracia' estão, proporcionalmente, naqueles oriundos da UNICAMP, do IUPERJ/IESP e da USP. Quando o olhar recai sobre os doutores formados na UFRGS e na UFMG a vantagem se mantém, mas, em proporções menores.

Tabela 6: Presença das temáticas nos títulos dos artigos por programa de pós-graduação.

Temas presentes nos títulos dos artigos

	Programa de pós-graduação em CP cursado pelos					Total			
	(co)autores	USP	IUPERJ/IESP	UFRGS	UNICAMP			UFMG	
Democracia ou termos correlatos				19	13	8	1	5	46 (12,3%)
Instituições Políticas		56	62	18	10	9			154 (41,2%)
Outras Temáticas		76	52	23	16	6			174 (46,5%)
Total	151								
	40,3%	127							
	33,9%	49							
	13,1%	27							
	7,2%	20							
	5,3%	374							
	100%								

Fonte: Os autores.

O gráfico 2 indica uma grande distância da 'RBCP' em relação artigos publicados por doutores em Ciência Política oriundos do IUPERJ/IESP e da USP. Por sua vez, a 'Dados' está muito próxima do 'IUPERJ/IESP, assim como, a USP, da Lua Nova podendo indicar endogenia nestas duas instituições.

Gráfico 1: Periódicos x Temas. Gráfico 2: Periódicos x PPG/CP dos (co)autores. (N = 374 artigos)

Fonte: Os autores

Em resumo, vimos nesta sessão, através de diferentes dados quantitativos, que a hegemonia do institucionalismo se confirma também quando analisada apenas a produção dos doutores em Ciência Política. A maior incidência do tema 'instituições políticas' sobre 'democracia' perpassa quase todos os periódicos, mas, está mais evidenciado na 'Dados' e na 'BPSR', com destaque também para a 'Opinião Pública'. A frieza dos números não oferece sinais de conciliação para as tensões da área, vejamos o que os dados qualitativos apresentam.

## 2.2. Análise qualitativa dos artigos que vinculam democracia e desigualdade.

Olhando nossa amostra de 374 artigos publicados por doutores em Ciência Política, encontramos 46 (12%) que possuem no título a palavra democracia ou algum de seus correlatos. Como já mencionado, o tema democracia ocupa um lugar central no processo de institucionalização da disciplina. Indícios do uso do viés institucionalista aparecem noutros termos presentes nos títulos, tais como: eleições, partidos, lei de ferro, instituições, constituição, constituinte, constitucionalistas, Judiciário e reforma política. Logo, quando os doutores em Ciência Política tratam do assunto democracia, tende a se repetir o padrão geral da área quanto à abordagem predominante.

Para alguns o predomínio da perspectiva institucionalista reside na mudança de percepção a partir de meados dos anos 1990: "a noção de que o Brasil se via em meio a uma crise de governabilidade insuperável vai sendo deixada para trás (...) o foco das análises passa a ser o funcionamento da democracia brasileira" (Limongi, et al., 2015, p. 23). Trata-se de uma justificativa parcial, evidentemente, da vitalidade do tema 'instituições políticas' na produção da Ciência Política a partir desse período, pois, não existe um vínculo essencial entre a preocupação com o 'funcionamento da democracia' e a preponderância do olhar sobre as instituições.

Com o objetivo de observar este processo de modo mais detido realizamos um recorte a mais na amostra de 46 textos cujo tema é a democracia. Selecionamos nove artigos que efetivamente discutem o assunto democracia, mas, em articulação com algum tipo de desigualdade. Tal escolha se justifica pelo fato de permitir a observação de um subtema que a princípio é mais afinado à abordagem societal, pois, procura olhar a democracia para além das suas instituições tipicamente políticas, priorizando as desigualdades: sociais, econômicas e/ou culturais. Mais uma vez o peso do viés institucionalista se faz presente, pois, são apenas nove os artigos que propõem este tipo de recorte.

O propósito é verificar nesses nove artigos o tipo de análise sobre democracia que sugerem. A ênfase desses autores recai sobre a democracia substancial, própria da abordagem societal ou a preocupação com a democracia formal se faz presente? Enfim, o quê esses nove artigos revelam sobre as tensões internas à disciplina?

Entre os nove artigos selecionados, apenas três não apresentam pesquisas empíricas, significa que a maior parte deles não adota a forma ensaística ou conceitual, ou seja, atendem um critério considerado importante para institucionalização da Ciência Política. Quanto ao veículo de divulgação, eles se concentram na 'Dados' e na 'Opinião Pública'. Na 'RSP' aparece apenas um artigo. Cabe destacar que no caso da 'Dados', revista que adota uma linha institucionalista, um de seus editores, Breno Bringel, enfatiza justamente a articulação entre democracia e desigualdade como preocupação temática da revista, mas, quando a produção é sociológica:

(...) no que se refere à agenda mais temática (...) eu acho que a 'Dados' sempre teve uma grande preocupação que é pensar o Brasil (...) pensar a democracia no Brasil. (...) mas, não só, simplesmente, a construção das instituições democráticas. Também (...) as várias questões associadas ao sistema de partido, ao sistema político, a alguns atores sociopolíticos específicos, como as elites políticas. (...) não é casual que as desigualdades, por exemplo, seja um dos principais temas de discussão da produção sociológica presente na 'Dados'.

A fala atesta a abertura do periódico a abordagens sociais, mas, também sugere que a articulação entre democracia e desigualdade escapa às fronteiras da Ciência Política construídas, em grande medida, pela hegemonia institucionalista. Mais uma vez estamos diante da tensão que marca o atual estágio de institucionalização da disciplina.

Olhando de modo mais detido o tipo de discussão sobre desigualdade proposta pelos autores, vemos que dos nove artigos, seis enfatizam a desigualdade socioeconômica. Ou seja, do seu lugar periférico esses textos propõem um olhar diferente do hegemônico ao apontarem a desigualdade socioeconômica como variável que deve ser levada em consideração na análise da democracia. Deste ponto de vista, as investigações sobre esse sistema político que restringem o olhar às suas instituições formais perdem autenticidade teórica, assim como a própria democracia formal é menos legítima do que a substancial.

Aliás, agrupar os artigos em função do tipo de preocupação explicitada, normativa/prescritiva ou analítica/descriptiva, pode ser útil para compreensão do local que efetivamente ocupam no debate atual sobre a Ciência Política. Mobilizando este critério encontramos seis artigos que externam preocupação normativa; número que não surpreende pela própria articulação temática que se propõe tratar: democracia e desigualdade. Nestes artigos, os tipos de desigualdade discutidos são: racial, informacional e socioeconômica; sendo que esta última aparece em quatro deles. A tese presente nestes artigos é que a desigualdade oferece barreiras para o funcionamento da democracia, comprometendo a sua legitimidade e dificultando a sua consolidação. O diagnóstico é válido, segundo os autores para a democracia substancial, mas, também para a formal. Nesse sentido, um dos artigos conclui: "(...) dissociar a democracia da igualdade material é, no mínimo, problemático, na medida em que essa última constitui um patamar sine qua non para o pleno exercício dos direitos políticos" (Moreira, 2014, p. 318-319).

Existe a preocupação com os efeitos práticos do discurso dominante na Ciência Política brasileira, pois, ele "termina consagrando a limitação da democracia exclusivamente à esfera das instituições oficiais, legitimando uma noção de democracia que não guarda relação com os necessários e impostergáveis processos de transformação social (...)" (Vitullo, 2006, p. 354). Fica patente o mal estar com a proximidade entre democracia formal e Ciência Política institucionalista. Os doutores em Ciência Política que escrevem sobre democracia e desigualdade nos periódicos selecionados enfatizam sim a democracia substantiva denunciando os limites da abordagem sobre democracia formal própria dos institucionalistas.

Mas, o outro lado da tensão também transparece na amostra, ou seja, a defesa da importância das instituições quando fatores externos à política não colaboram com a democracia: “a sobrevivência de uma democracia não depende unicamente do desenvolvimento socioeconômico atingido, senão do concurso de condições e instituições”; para exemplificar o autor cita o exemplo da ‘Grande Depressão’: “a despeito das dificuldades extremas que se abateram sobre os Estados Unidos da América, as suas estruturas institucionais mostraram-se resistentes à crise econômica” (Lopes, 2007, p. 646). O entendimento é que as instituições formais importam mais para a democracia, elas é que valem e até resistem aos golpes próprios de contextos sociais e econômicos desfavoráveis. Por consequência, seria mais importante e necessário o estudo da democracia formal e suas instituições por parte da Ciência Política.

A relação entre democracia formal e substantiva é complexa tanto em termos concretos quanto teóricos. Um estudo que confronta as duas dimensões da democracia coletou dados a partir de surveys realizados entre 1989 e 2006 buscando saber como os entrevistados definem democracia e também, no caso de países como o Brasil, cujas estruturas econômicas e sociais são caracterizadas por profundas desigualdades, se os indivíduos consultados expressariam preferências por conteúdos relacionados com suas carências materiais, em detrimento de definições relativas aos valores e aos procedimentos típicos da democracia. Concluiu-se que a maior parte dos brasileiros foi capaz de definir a democracia mobilizando duas das suas dimensões mais importantes: liberdades fundamentais e procedimentos institucionais, combinando, portanto, uma ideia normativa ligada aos princípios democráticos com outra de natureza prática, relativa ao desempenho das instituições. No entanto, segundo o autor, no que diz respeito à dimensão social ou à substantivação da democracia esse aspecto teve pouco peso no conjunto das amostras. Outro resultado apontado neste artigo, em relação às instituições democráticas em geral e, em particular aos partidos políticos, Congresso Nacional e sistema judiciário, é o de que os entrevistados se mostraram desconfiados em relação a estas instituições (Moisés, 2010). Ou seja, os princípios democráticos podem não sofrer diretamente com o descrédito da população em contextos de desigualdade, mas, as instituições democráticas sim, elas tendem a ser mais vulneráveis. Esse tipo de dado reforça as posturas que enfatizam a necessidade de conciliação das perspectivas, tanto para o desenvolvimento da Ciência Política, quanto para o avanço da própria democracia.

O descrédito das instituições democráticas também pode advir da condição precária do sistema de mídia na sua relação com o sistema político:

O nosso sistema de mídia não é estático e apresenta mudanças e transformações que devem ser notadas pelo impacto potencial na relação com o sistema político e na dinâmica democrática, especialmente num contexto de um sistema de mídia com baixa diversidade externa e sem um jornalismo político e/ou partidário expressivo no plano nacional que ofereça ao leitor perspectivas políticas competitivas (Azevedo, 2006, p. 109).

Deste ponto de vista, a relação entre a dimensão política e a jornalística tem reflexos sobre as instituições democráticas, seu funcionamento e também sobre a percepção delas pelos cidadãos. Portanto é legítimo e necessário à Ciência Política se ocupar desta interação entre política e sociedade.

A mesma perspectiva é adotada no artigo que valoriza o debate sobre reconhecimento na esfera pública ao tratar a questão racial; sem menosprezar o papel da esfera privada para o tema. Os autores sublinham a importância da política pública de cotas como mecanismo de

desconstrução do racismo e de aprofundamento da democracia (Avritzer e Gomes, 2013). O tema das políticas públicas parece ocupar um espaço estratégico na interação entre sociedade e política, talvez, constituindo-se como ponte para conciliação entre as abordagens societais e politológicas.

Sem ênfase normativa, outros três artigos abordam as desigualdades racial e socioeconômica. O primeiro deles conclui, a partir de pesquisas de opinião realizadas em 2009 e 2010, que 97,7% dos entrevistados, pertencentes às elites brasileiras, afirmam que a democracia é sempre a melhor forma de governo, em qualquer circunstância. Os autores também informam que 71% dos entrevistados concordaram que a 'democracia formal' é insuficiente para solução dos problemas sociais da América Latina (Balbachevsky e Holzacker, 2011). O próprio problema proposto pelos autores indica a valorização da democracia substantiva frente à formal e os dados encontrados referendam a perspectiva adotada. Outro artigo relaciona os programas de liberalização econômica com o contexto crítico experimentado pela democratização nos seguintes países: Venezuela, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia. Diante da dicotomia entre mercado e Estado imposta pela realidade, o autor coloca a democracia no centro, ao que parece como condição de superação da própria tensão. Portanto, trata-se de mais um artigo que não se propõe a olhar as instituições democráticas internamente, ao contrário, valoriza a interação entre as políticas adotadas, a economia e a sociedade, conforme as palavras do autor:

(...) em alguma medida toda a região andina ressent-se de um desequilíbrio institucional provocado pela polarização de forças [entre mercado e Estado], cujo resultado são: crises periódicas, enfraquecimento de governos, recrudescimento de regimes, falta de regras claras de convivência, enfim, um clima de inquietude e tensão permanente que obstaculiza a ordem democrática ao mesmo tempo em que revela sua centralidade (Coutinho, 2006, p. 796).

Com um olhar retrospectivo um dos artigos da nossa amostra entende que o dilema entre democracia formal e substantiva é antigo no Brasil, nele o autor contrapõe os discursos de modernização democrática de dois importantes personagens. Rui Barbosa propôs reformas políticas a partir da concepção liberal formalista de democracia, aderindo à perspectiva das elites agrárias. Joaquim Nabuco defendeu reformas sociais típicas de uma concepção mais substantiva de democracia, sendo assim, aliou-se ao povo excluído, ao projeto de emancipação dos escravos. O resultado da disputa, também discursiva, foi que o país trilhou o caminho proposto por Rui Barbosa (Lynch, 2008).

O conjunto dos nove artigos mostra uma pluralidade temática e metodológica. A maior parte dos artigos adotou um tom normativo, abraçando a democracia substantiva e se posicionando criticamente à abordagem formal da democracia proposta pelos institucionalistas. Mas, a tensão entre as duas perspectivas se fez presente com reconhecimentos pontuais sobre a importância das instituições para a democracia. Alguns dos artigos apontam de forma indireta para a necessidade de superação das dicotomias através da conciliação. Arriscamos dizer que conceitos como 'políticas públicas' e 'democracia' poderiam servir de pontes conceituais entre as vertentes politológicas e societais.

A análise será complementada com a percepção dos editores dos periódicos selecionados sobre os temas em tela. Os editores ocupam posições estratégicas, pois, desempenham papel importante na elaboração e/ou aplicação dos critérios que hierarquizam a produção científica da disciplina. Portanto, suas considerações sobre o atual contexto de institucionalização da

Ciência Política, os avanços, as disputas e riscos que este processo envolve podem contribuir com a construção do diagnóstico aqui pretendido.

A respeito desta posição estratégica, vejamos o que dizem os editores de dois periódicos, RSP e Lua Nova:

O editor não é o cara que senta, lê o artigo e fala: vai publicar. Em alguns aspectos ele é o despachante: ele vai olhar o conteúdo do artigo, vai olhar se tem aderência, se é um artigo acadêmico, se não, já recusa. (...) Feito isso, vai para o parecerista. (...) Ele tem que pensar nas competências das pessoas que vão avaliar (...). Então tem tanto essa dimensão do despachante, como do editor mesmo (Costa, P.).

(...) todo mundo quer saber quem é o editor da revista, ele tem um poder, porque afinal de contas ele tem poder sobre o que vai sair, (...). Eu que sou editor, posso dizer que é realmente um trabalho difícil (...), você tem que ser uma espécie de empresário acadêmico (Araujo, C.).

Os depoimentos acima demonstram claramente o papel decisivo do editor no processo de tomada de decisão sobre o que entra e o que não entra na revista, em algum grau ele participa da conformação do campo e sofre as pressões deste processo.

Na fala de um dos editores da 'Dados' transparece a preocupação com a possível interferência de subjetividades na seleção dos artigos, o que aponta o grau de dificuldade da tarefa deste agente:

Um editor científico não pode ter preconceitos a metodologias e a teorias. Então, ele tem que ser uma pessoa justa. Por quê? Porque você não pode pedir uma avaliação num artigo esperando de antemão que aquele artigo vai ser ajudado ou prejudicado. Qual é a tarefa principal de um editor científico, é exatamente fazer com que um trabalho só entre ou não na revista que está sob sua responsabilidade por critério acadêmico, científico. (...) Então é necessário que você tenha uma boa dose de conhecimento para dialogar com os artigos (Pessanha, C.).

O conteúdo está em coerência com o depoimento anterior, do próprio Charles Pessanha, quando ele afirma que o periódico acompanha os critérios determinados pela própria comunidade. Neste sentido o editor é uma espécie de agente que por conta da sua trajetória, do respeito adquirido na área e, especialmente junto aos seus pares, é selecionado para desempenhar o papel de aplicar o modelo de cientificidade considerado legítimo. Situação que confere a ele condições privilegiadas de tomada de decisão no campo científico, também de observação das disputas e tendências da disciplina.

### 3. A percepção dos editores sobre a Ciência Política no Brasil.

Abordaremos neste item a percepção dos editores dos sete periódicos por nós selecionados a respeito de assuntos ligados à institucionalização da Ciência Política no Brasil: trajetória temática e teórico-metodológica da disciplina, formas de produção, publicação, avaliação e financiamento; assim como, seus limites e desafios.

Diferentes aspectos do processo de institucionalização emergiram na fala dos editores. Para Renato Perissinotto da 'RSP': "a Ciência Política, pela hiper-especialização, perdeu o Estado como objeto; (...) deixou de lado o problema dos padrões de funcionamento do Estado brasileiro e suas origens históricas, [também] o diálogo com a história". Talvez, justamente por isso, segundo Gurza Lavalle, "a Ciência Política ainda não conseguiu produzir uma boa



síntese... interpretativa, plausível... da transformação do Estado brasileiro e da sociedade brasileira no pós-transição”, pois, segundo ele, para isto, a Ciência Política precisa ser capaz de colocar atores sociais na cena, coisa que ela não está interessada a fazer. Afinal, isso não é um tipo “de problema que um institucionalista preocupado com partidos vai se colocar”, complementa o editor RBCS. Ambos editores expressaram nestes trechos pontos de vista coerentes com o perfil dos periódicos que dirigem, qual seja, com predomínio de abordagens heterogêneas, histórico-sociológicas e com equilíbrio entre os temas do Estado e da sociedade. As falas apresentadas evidenciam que a tensão entre abordagens ‘institucionais’ e ‘societais’ estão na agenda dos editores.

Apesar dos problemas apontados por Perissinotto, ele próprio reconhece que esta mesma Ciência Política, por ele denominada ‘demasiada ‘presentista’, foi capaz de trazer contribuições importantes para o campo, tal como o conceito de presidencialismo de coalizão criado por Sérgio Abranches, um dos pioneiros no uso da abordagem institucionalista no Brasil. Os editores da ‘Dados’ e da ‘BPSR’, cujo perfil das abordagens é neoinstitucionalista e politológica, reiteram, como era de se esperar, a importância deste conceito e sua influência positiva no modo de se produzir Ciência Política. Confirma-se a tensão, portanto, entre o reconhecimento da importância da vertente politológica para institucionalização da Ciência Política, por um lado, e por outro a crítica à sua hegemonia pelo risco que oferece de um fechamento analítico da disciplina. O fato de o alvo do reconhecimento ser um conceito do grupo hegemônico a partir de quem se situa na ala contra-hegemônica indica que só meio caminho está dado para superação da tensão; existe por parte dos institucionalistas disposição para valorizar as contribuições trazidas pela perspectiva societal?

Em sua entrevista André Marengo , após destacar a importância do ‘presidencialismo de coalizão’, aponta para a necessidade da Ciência Política brasileira se internacionalizar. Segundo ele, um dos caminhos pelos quais este processo poderia acontecer seria o da análise do chamado “calcanhar de Aquiles da escola institucionalista, que é entender como as instituições se formam e que tipo de configuração institucional produz equilíbrio”, objetivando com isso, colaborar na produção de uma teoria das instituições.

Outro ponto polêmico mencionado por Marengo diz respeito ao sistema de avaliação da CAPES. Do seu ponto de vista, trata-se de auferir a qualidade e não mensurar a quantidade da produção científica, afinal, “um docente pode publicar 100 artigos numa revista de menor impacto e isso não vai ter impacto nenhum, vai ser zero, porque a gente só quer considerar aquilo que tem qualidade”. No seu entendimento (Marengo, 2014) a classificação da produção pelo ‘Qualis’, enfim, a hierarquização a partir de critérios de qualidade, é fundamental para autonomia e fortalecimento da área, requisitos que se ligam, também, ao ponto anterior, o da internacionalização. Entretanto, do nosso ponto de vista, é preciso reconhecer que esse processo não é simplesmente técnico, não se trata apenas da aplicação de critérios científicos ao campo, pois, envolve também uma disputa pela definição dos próprios critérios. Trata-se de uma luta pela hegemonia que, continuamente, defini a distribuição dos valores materiais e simbólicos dentro das fronteiras da disciplina. Este jogo transparece na afirmação feita pelo editor da ‘Lua Nova’:

Se você pensar que (...) os constrangimentos são feitos por pessoas (...) [e que] se a comunidade [acadêmica] tem uma predominância numa direção ou noutra, isso constrange (...) o conjunto. Constrange o conjunto porque (...) é (...) se você quiser usar a linguagem dos institucionalistas: premia e pune (Cicero, A.).

Adrián Gurza Lavalle, editor da 'RBCS', chama atenção para o alcance desse tipo de avaliação e classificação realizada pela CAPES, ao lembrar que o que se publica nos periódicos mais bem conceituados representa uma parte muito pequena do campo. Pois, segundo ele:

Há indícios, de que o campo tem se deslocado no sentido de uma maior sofisticação metodológica, embora não tenhamos evidências conclusivas de que isso de fato esteja ocorrendo (...) na maior parte do campo. Se você olhar para o Qualis A1 e A2, você está selecionando uma parte muito pequena do campo que são aqueles que conseguem publicar nestas revistas. Então, (...) a questão é saber se aquilo que a gente olha, quando olha pra essas revistas, corresponde a uma tendência mais geral no campo, eu tendo a acreditar que essa tendência existe, mais não temos evidências suficientes pra entender quão grande ela é, quão enraizada ela está e se ela de fato está presente na maior parte das instituições de Ciência Política no país (Gurza Lavalle, A.).

A própria transição ocorrida na história da 'RSP', narrada por um dos seus editores, sugere que o arranjo hegemônico que se afirmou na trajetória da disciplina interferiu, como era de se esperar, no espaço destinado aos artigos. Senão vejamos:

[A 'RSP'] começou basicamente como uma revista que publicava artigos de Sociologia Política, com uma pegada histórica forte, estudos de casos em profundidade. Passou por um período de transição em que os temas de teoria política passaram a ter um papel importante e cada vez mais estudos empíricos de orientação institucionalista tem ocupado um lugar significativo na produção da [Revista de] Sociologia e Política (Perissinotto, R.).

Por mais que a 'RSP' tenha uma linha editorial definida e uma abordagem preferencialmente histórica e sociológica, não pode ficar impermeável à crescente predominância institucionalista na disciplina.

Não deixa de ser um paradoxo que o predomínio do viés institucionalista na área não tenha gerado condições institucionais satisfatórias para a produção da Ciência Política no Brasil, segundo alguns editores. Apesar de instituída a avaliação por pares, por exemplo, é pequeno o diálogo entre os pares, conforme depoimento de Breno Bringel da 'Dados':

(...) um problema quase epistemológico da produção da Ciência Política brasileira que é uma questão relevante e que às vezes não aparece, é o como se produz o conhecimento da Ciência Política. (...) eu acho que o grande problema é que há pouco diálogo entre os pares, no sentido de como avançar em discussões substantivas. (...) Bom, isso é muito difícil no Brasil, primeiro porque muitas das questões dos debates intelectuais são lidas, às vezes, como crítica pessoal, e isso é uma questão problemática, mas por outro, acho que existe pouca abertura institucional a essa polêmica intelectual e isso pode ser um papel das revistas científicas (Bringel, B.).

No nosso entendimento a questão, de difícil resposta, é saber se o estabelecimento de uma forte hierarquia na disciplina, aparentemente importante para sua institucionalização, pode conviver com uma pluralidade de abordagens ou tende a promover a desigualdade entre as correntes teóricas e metodológicas. Ou, pensando por outro ângulo: a conciliação entre as perspectivas em disputa poderia enriquecer e consolidar a institucionalização da disciplina ou a comprometeria?

O debate em tela está fortemente associado aos modos de se tratar o tema democracia. Não por acaso, pois a democracia brasileira ou a sua forma de funcionamento é considerada pela

maioria dos editores como a “grande questão nacional” que tem sido analisada pelos cientistas políticos nos últimos 10 anos. Como exemplo, vejamos a fala da editora da ‘BPSR’:

Eu destacaria a democracia, eu acho que a questão da democracia vem sendo trabalhada de diversas maneiras (...) tanto do ponto de vista teórico, quanto por exemplo, os trabalhos de Fernando Limongi, José Antonio Cheibub (...) com as grandes bases de dados de países democráticos (...). Ela tem sido trabalhada do ponto de vista das Políticas Públicas, das Relações Internacionais (...) (Onuki, J.).

A democracia que aparece na fala dos editores também é marcada por tensões. Alguns enfatizam suas instituições políticas e pensam na democracia formal; outros valorizam a democracia substantiva e seus ideais de liberdade e igualdade. É evidente que a abordagem científica sobre a democracia não está separada da definição sobre qual deve ser a sua experiência concreta. Essa necessidade de atenção da Ciência Política com a realidade da democracia brasileira, esse compromisso com o presente e a especificidade da sociedade local, se expressa na fala de um dos editores da ‘RSP’, um veículo cuja abordagem tem um viés mais societal:

(...) exatamente nesse momento [fevereiro de 2015] em que supostamente estão acontecendo várias coisas novas e inesperadas, você tem toda essa enxurrada de decepção, não sei o quê, essa visão mais emocional e tal, então (...) e esse é um momento crucial, porque é um momento da gente parar e falar assim: pera aí, vamos ver então o que tá acontecendo, vamos entender, vamos pensar. Porque a gente não tá aqui tentando fazer a receita da Inglaterra, a receita dos EUA, ou a receita de qualquer outro país democrático, não dá, a gente tem que criar a nossa própria coisa, olhando para essas experiências, vendo o que a gente aprende com elas e olhando para nós. Por isso que a Ciência Política tem um papel muito importante nesse processo da qualificação da capacidade dos cidadãos brasileiros de entender a democracia. Agora, o quanto a gente vai conseguir fazer isso e o quanto a gente vai conseguir ser ouvido pela sociedade, aí, é outra coisa (Costa, P.).

As afirmações dos editores dos periódicos ‘Lua Nova’ e ‘RBCP’ oferecem mais indícios da tensão entre as abordagens institucionalista e societal da democracia. Segundo Cícero Araújo a questão que orienta a maior parte dos debates acadêmicos da Ciência Política, é: “Qual o melhor arranjo para o sistema político brasileiro, a fim de consolidar a democracia no país?” Luiz Felipe Miguel, por sua vez, chama atenção para o fato de que “a Ciência Política brasileira em grande medida tem deixado de lado a questão central do impacto das desigualdades sociais no funcionamento da nossa democracia”. Posições essas que expressam o perfil mais societal dos periódicos que editam.

O depoimento de Marta Arretche, uma das editoras da ‘BPSR’, periódico de abordagem neoinstitucionalista e politológica, em parte surpreende por reconhecer a importância e a necessidade da perspectiva societal em Ciência Política, mas, por outro lado, confirma o diagnóstico de que talvez, mais do que uma polarização, a disciplina vive, neste momento da sua trajetória de institucionalização, uma tensão:

Eu acho que a Ciência Política avançou muito na compreensão da dimensão institucional, mas precisa avançar muito naquilo que se chama de Sociologia Política (...), o quanto os interesses societais e econômicos se inserem (...) afetam o funcionamento das instituições (...). Quer dizer, as instituições, toda a teoria institucional, ela diz assim: as instituições afetam o conflito entre os atores, (...) como os conflitos são resolvidos, mas os conflitos não são apenas entre atores institucionais, não é só entre o Eduardo Cunha e a Dilma Roussef, [eles] representam os

interesses da sociedade, interesses econômicos, interesses privados e sobre isso a gente sabe muito pouco. Eu acho que esse, talvez, seria o principal desafio (Arretche, M.).

Existem, portanto, sinais de reciprocidade, ou seja, o reconhecimento da ala institucionalista sobre a importância da abordagem societal para compreensão dos processos políticos. O editor da 'RSP', que tem um perfil mais heterogêneo e societal, reforça as palavras de Arretche ao reclamar da pouca atenção que a disciplina dá à história:

Um desses limites [da Ciência Política], a meu ver, é exatamente o que eu costumo chamar de presentismo na Ciência Política brasileira, é a falta absoluta de diálogo com a história. Então, você tem às vezes estudos com N gigantescos que são absolutas ficções estatísticas, (...) você tem testes de regressão maravilhosos, etc. Você tem gente falando sobre cinco mil prefeitos no Brasil, como se todos os prefeitos fossem prefeitos igualmente em todas as cidades, etc., (...) correndo-se o risco (...) das pessoas falarem mais sobre o banco de dados do que sobre a realidade propriamente dita (Perissinotto, R.).

Cabe ressaltar que as afirmações sobre a aceitabilidade, relevância ou suficiência das instituições políticas democráticas, enquanto objetos de análise próprios da Ciência Política brasileira, vieram à tona de forma espontânea na fala dos editores quando foram convidados a fazer suas considerações sobre: os limites, impasses e dilemas atuais da disciplina. Neste contexto o editor da 'Lua Nova', por exemplo, questionou o significado restrito dado à palavra instituição:

“Porque a gente não pode chamar de instituição qualquer tipo de prática social reiterada, mesmo que ela não seja oficial? (...) Especialmente quando você diz assim: instituições políticas é isso (...) e mais nada, você perde abertura [temática] e perde criatividade também, porque você vai analisando cada vez o menor, o pequeno dentro do objeto” (Araújo, C.).

Convergem com esse posicionamento as afirmações dos editores de outros dois periódicos cujas abordagens propostas não são institucionalistas, a 'RSP' e da 'RBCS':

A hiper-especialização aumenta radicalmente o nível técnico da ciência, mas pode condená-la à irrelevância. A ciência Política não é como a medicina: não faz muito sentido conhecer absolutamente tudo sobre o funcionamento do Legislativo, ou de algumas das suas comissões, conhecer todos os traços das elites parlamentares em duas legislaturas, conhecer tudo sobre o PT, ou conhecer tudo sobre a política de saúde no governo FHC e, ao mesmo tempo, perder de vista a integração da política ao sistema social mais amplo (Perissinotto, R.).

A sociedade civil se institucionalizou, passou a assumir funções estatais, o Estado passou a fazer ativismo e essas duas coisas não estão separadas (...). A literatura continua a olhar pra essas duas coisas como se tratassem de fenômenos diferentes, e como se não fosse preciso produzir uma interpretação que permitisse entender quais são as dinâmicas e os mecanismos que levaram a produzir isso. (...) [mas esse] não é um tipo de problema que um institucionalista preocupado com partidos vai se colocar (...) (Gurza Lavalle, A.).

Gurza Lavalle retoma as preocupações manifestadas por Thamy Pogrebinschi (2010) e também por Renato Perissinotto (2004), qual seja: a necessidade de conciliar os olhares para apreender a dinâmica que envolve Estado e sociedade civil, ainda que no seu depoimento não expresse o mesmo otimismo presente nas obras referenciadas.

Os dilemas a respeito da hegemonia institucionalista perpassam também as reflexões dos editores sobre a trajetória da Ciência Política. Neste caso, a maioria destaca a expansão da

oferta de cursos de pós-graduação e o avanço metodológico alcançado pela disciplina, principalmente, no uso de métodos quantitativos. Segundo o editor da 'Lua Nova', a trajetória da Ciência Política se faz "com o afastamento (...) da chamada Escola Sociológica Paulista (...) [e] passa a ter uma inclinação mais pra direção do institucionalismo (...) que acabou chegando ao Brasil e ganhando o mainstream da pesquisa acadêmica na Ciência Política" (Araújo, C.). A preocupação com novos rumos para esta trajetória, no sentido de atenuar a hegemonia institucionalista, transparece na fala do editor da 'RBCP' ao responder que seria natural uma diversificação da agenda de pesquisa neste momento:

(...) No período final da ditadura e começo da redemocratização a gente tem a transição democrática, como sendo o grande tema que mobiliza praticamente toda a ciência política. Com a democracia já mais estabelecida, mais consolidada, talvez, a gente tem uma diversificação é (...) um pouco maior (Miguel, L.F.).

A realidade da democracia que direcionou a institucionalização da disciplina no seu início, pela análise da 'transição', poderia agora, a partir da sua consolidação, impulsionar a Ciência Política para uma nova fase, mais equilibrada e conciliadora entre os olhares institucionalistas e societais.

A respeito da necessidade de rever a agenda da Ciência Política brasileira, dando-lhe uma conotação mais interdisciplinar e plural, o editor da 'Lua Nova' sentencia:

(...) eu acho que a nossa sociedade tem uma relação bastante ambígua, entre o visível e a sombra, o oficial e o não oficial, coisa que os antropólogos há um bom tempo já detectam como uma espécie de elemento importante da cultura nacional. (...) Eu acho que sempre haverá uma ambiguidade, mas no caso brasileiro, eu acho que é muito mais acentuada, o que nos permitiria (...) até uma posição privilegiada pra estudar o fenômeno (...). E acho que a Ciência Política deveria, até numa interação mais profunda com a Antropologia e a Sociologia, se preocupar e de uma certa maneira, estou remetendo aí, a uma abertura da agenda (...) que é predominantemente institucionalista. Porque o institucionalismo tem a ver com o problema de definir a instituição pelo oficial, entendeu? E aí, ela acaba perdendo muito a sombra que eu tô falando e, me parece que é um fenômeno bastante importante (...) é um hábito social muito interessante de detectar e pesquisar. Que aliás, faz parte da tradição do pensamento social brasileiro (...) que vale a pena resgatar (Araújo, C.)

Mais uma vez fica evidente o apelo para interação, a conciliação, enfim, a combinação de olhares que seria capaz de redefinir a agenda da disciplina e sua trajetória institucional. O reconhecimento mútuo da importância das duas abordagens, societal e politológica, pode ser o gancho para a interação entre elas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise da produção dos doutores em Ciência Política e da percepção dos editores dos periódicos, podemos avançar algumas considerações. A maior parte da produção publicada nos periódicos selecionados foi feita por autores cuja formação se concentra em cinco programas de pós-graduação: USP, UNICAMP, IUPERJ/IESP, UFMG e UFRGS. Os artigos desses autores mais especializados evidencia a prevalência do tema melhor avaliado na área, qual seja: instituições políticas. A hierarquia que marca a institucionalização do campo se mantém. O tema 'instituições políticas' é mais presente do que 'democracia', principalmente nos periódicos 'Dados' e 'BPSR', confirmando a vocação institucionalista desses veículos também no caso específico da publicação dos doutores. Mas, chega a surpreender o fato de o

periódico 'Opinião Pública', no caso dos doutores, também apresentar grande proporção de artigos sobre instituições políticas. Por sua vez, a 'Lua Nova' e a 'RBCS' publicam mais textos dos doutores quando o tema é democracia, fenômeno que ocorre na 'RSP' quando se trata de 'outros temas'. Também é possível afirmar que a 'RBCP' é uma exceção, pois, diferente dos outros sete periódicos, ela tem baixa presença de artigos de doutores oriundos da USP e do IUPERJ/IESP.

O tratamento societal do tema democracia também é empreendido por uma minoria. Apenas nove artigos dos 374 da amostra, articulam democracia com desigualdades. Nestes sim o enfoque é predominantemente normativo e a ênfase está na democracia substantiva em contraposição crítica à abordagem formal da democracia, proposta pelos institucionalistas. Mas, também ficou manifesta a tensão entre as abordagens e, até mesmo, posturas conciliadoras que indicam a busca de pontes conceituais que articulem os ganhos das perspectivas politológicas e societais.

Na percepção dos editores também transparece tanto as tensões do processo de institucionalização da disciplina, com críticas ao predomínio institucionalista, quanto a defesa de posturas conciliadoras capazes de diversificar a agenda da Ciência Política e de dar conta da aproximação real entre Estado e sociedade. O tema da democracia, central na trajetória de institucionalização da disciplina, parece ser chave para a interação dos olhares do centro e da periferia da Ciência Política.

#### REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (2001). Qual a contribuição dos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais para o conhecimento da Sociedade Brasileira?

[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4570&Itemid=356](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4570&Itemid=356). Acessado em 02/08/2015.

AMORIM NETO, Octávio & SANTOS, Fabiano (2015). "La ciencia política en Brasil en la última década: La nacionalización y la lenta superación del parroquialismo". Revista de Ciência Política, v. 35, n. 1, pp. 19-31.

BARBOZA, Danilo & GODOY, Samuel (2015). Superando o 'calcanhar metodológico'? Mapeamento e evolução recente da formação em métodos de pesquisa na pós-graduação em Ciência Política no Brasil.

<[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/705-SD\\_2014\\_Barbosa\\_Samuel\\_157-482-1-PB.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/705-SD_2014_Barbosa_Samuel_157-482-1-PB.pdf)>. Acessado em 02/04/15

GURZA LAVALLE, Adrian & VERA, Ernesto I. (2011). "A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability". Lua Nova, n. 84, p. 95-139.

LAMOUNIER, Bolívar (1982). "A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico", em LAMOUNIER, B. (org.). A Ciência Política nos anos 80. Brasília: Universidade de Brasília.

LEITE, Fernando (2015). O campo da produção da Ciência Política brasileira contemporânea: Uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens. Tese em Sociologia. Curitiba: UFPR.

LEITE, Fernando & CODATO, Adriano (2013). "Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes". Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. v. 1, n. 1, p. 1-21.

LESSA, Renato (2011). "Da Interpretação à Ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil". Lua Nova, s/v, n. 82, p. 17-60.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria H.; FREITAS, Andréa. (2015) Da Sociologia Política ao (neo) institucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil.

<[https://www.academia.edu/15209689/DA\\_SOCIOLOGIA\\_POL%C3%8Dtica\\_ao\\_neo\\_institucionalismo\\_trinta\\_anos\\_que\\_mudaram\\_a\\_ci%C3%8ANCIA\\_POL%C3%8DTICA\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/15209689/DA_SOCIOLOGIA_POL%C3%8Dtica_ao_neo_institucionalismo_trinta_anos_que_mudaram_a_ci%C3%8ANCIA_POL%C3%8DTICA_NO_BRASIL)>. Acessado em 09/09/2015

MARENCO, André (2014). "The Three Achilles' Heels of Brazilian Political Science". Bras. Political Sci. Rev. v. 8, n. 3, p. 3-38.

MARQUES, Danusa (2007). Democracia e Ciências Sociais no Brasil, 1985-2005. Dissertação em Ciência Política. Brasília: UnB

MARQUES, Danusa & MACHADO, Carlos A. M. (2014). Democracia e Desigualdade nas Ciências Sociais Brasileira - Artigos Publicados entre 2000 e 2010.

<[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749446\\_ARQ\\_UIVO\\_MarqueseMachadoABCP2014.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749446_ARQ_UIVO_MarqueseMachadoABCP2014.pdf)> Acessado em 05/08/2015

MOISÉS, José A. (1995). Os brasileiros e a democracia: as bases sociopolíticas de legitimidade democrática. São Paulo: Ática.

MUSSI, Daniela (2014). Uma ciência política para um Brasil democrático.

<[http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=4137](http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4137)>. Acessado em 22/09/2015.

NEIVA, Pedro. (2015). "Revisitando o calcanhar de Aquiles das Ciências Sociais no Brasil." Sociologia, Problemas e Práticas. n. 79, s/v, pp. 65-83.

OLIVEIRA, Lilian & NICOLAU, Jairo (2013). A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos.

<[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8478&Itemid=459](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8478&Itemid=459)>. Acessado em 12/04/2014

OLIVEIRA, Lilian & NICOLAU, Jairo (2014). A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos (1966-2013).

<[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403708252\\_ARQ\\_UIVO\\_Oliveira&Nicolau\\_ABCP2014.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403708252_ARQ_UIVO_Oliveira&Nicolau_ABCP2014.pdf)> Acessado em 27/03/2015

PERISSINOTTO, Renato M. (2004). "Política e sociedade: por uma volta à sociologia política". Política & Sociedade, nº 5, outubro, 203-232.

POGREBINSCHI, Thamy (2010). "Democracia Pragmática: Pressupostos de uma Teoria Normativa Empiricamente Orientada". DADOS, v.53, n.3, p. 657 a 693.

REIS, Fábio W. (1991). "O Tabelaio e a Lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro". Rev. bras. Ci. Soc., v. 6, n. 16, s/p.

\_\_\_\_\_. (1993). "Avaliação das Ciências Sociais".

<<http://pt.scribd.com/doc/59740251/Avaliacao-das-ciencias-sociais#scribd>>. Acessado em 03/02/2015

\_\_\_\_\_. (2015). "Huis clos no Chile e ciência política no Brasil".

REIS, Elisa P. & REIS, Fábio W. & VELHO, Gilberto (1997). "As Ciências Sociais nos 20 anos: Três Perspectivas". Rev. bras. Ci. Soc., v. 12, n. 35, s/p.

SARTORI, Giovanni (1969). "Da Sociologia da política à Sociologia Política", em LIPSET, Seymour. M. Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar.

SOARES, Gláucio (2005). "O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil". Sociologia, Problemas e Práticas, n. 48, s/v, p. 27-52.

VITULLO, Gabriel (2006). "As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes". Opinião Pública, v. 12, n. 2, p.348-377

#### FONTES

MOREIRA, Marcelo S. (2014). "A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política". DADOS, v.57, n.2.

LYNHC. Christian E. (2008). "A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco". Rev. Soc. Pol., v. 16, n. supl.

VITULLO, Gabriel E. (2006). "As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes". Opinião Pública, v. 12, n. 2

COUTINHO. Marcelo (2006). "Democracias Andinas: chegando tarde à festa?". DADOS, v.49, n.4

AZEVEDO, Fernando A. (2006). "Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político". Opinião Pública, v. 12, n. 1

BALBACHEVSKY, Elizabeth e HOLZHACKER, Denilde O. (2012). "O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade". Opinião Pública, v. 17, n. 2

MOISÉS, José Á. (2010). "Os significados da democracia segundo os brasileiros". Opinião Pública, v. 16, n. 2

AVRITZER, Leonardo e GOMES, Lilian C. B. (2013). "Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil". DADOS, v. 56, n. 1

LOPES, Dawisson E. B. (2007). "Relações econômicas internacionais, isomorfismo institucional e democracia na América Latina: explicando as convergências